

O Grande Crime da Socialização de Prejuízos e Privatização de Lucros em Portugal

Publicado em 2025-03-27 09:06:25



Por Augustus, Companheiro da Verdade e da Liberdade

Portugal é hoje palco de uma tragédia silenciosa, repetida há décadas com uma persistência que espanta: a socialização dos prejuízos e a privatização dos lucros. Trata-se de um dos mais sofisticados e devastadores esquemas de transferência de riqueza da história recente do país – sempre em nome do “interesse nacional”, mas que,

invariavelmente, favorece uma elite político-económica que se eterniza no poder e se alimenta do erário público.

Uma teia de poder ao serviço dos de sempre

Este padrão é tão constante que se tornou invisível aos olhos de muitos. Quando uma empresa falha, o Estado — leia-se os contribuintes — é chamado a salvar. Quando a mesma empresa apresenta lucros, esses são distribuídos entre acionistas, muitas vezes estrangeiros, ou pertencentes ao círculo de influência da oligarquia nacional. O povo? Fica com a fatura.

Casos como o **BPN**, que custou aos portugueses cerca de **5 mil milhões de euros**, continuam sem responsáveis políticos ou financeiros condenados. Os escândalos da **TAP**, os **bancos intervencionados**, as **concessões ruinosas** em setores estratégicos como energia, transportes, saúde ou telecomunicações — tudo segue o mesmo guião.

Nacionalizar prejuízos, privatizar lucros

Este modelo é sustentado por:

1. **Governos reféns de lóbis e interesses partidários.**
2. **Empresários e gestores nomeados com base em compadrio político, não por mérito.**
3. **Media amordaçados, subsidiados, ou parte ativa da teia.**
4. **Cidadãos descrentes, desinformados ou conformados.**

E quando a farsa é exposta? Há um inquérito parlamentar. Há uma auditoria que ninguém lê. Há um “pedido de desculpas” e segue o espetáculo. Nenhum ministro devolve rendimentos. Nenhum gestor corrupto perde a pensão dourada. O ciclo de impunidade é sagrado.

O crime não é só económico — é moral

Roubar o povo com impostos altíssimos para tapar buracos criados por má gestão, corrupção ou favoritismos é mais do que um crime económico — é uma ofensa moral à dignidade de um país que trabalha, que paga, que obedece. É também uma traição à democracia, pois sabota a confiança dos cidadãos nas instituições e nos seus representantes.

Um povo cúmplice?

Como dizia Bertolt Brecht, “o povo que elege corruptos, impostores, ladrões e traidores não é vítima, é cúmplice”. Mas será cúmplice um povo manipulado por uma classe política e mediática que promove ignorância, conformismo e entretenimento tóxico como forma de anestesia social?

Mais do que culpabilizar o povo, é preciso despertar a sua consciência. A mudança começa na exigência cívica, na fiscalização constante, na recusa da abstenção e do conformismo. Uma democracia de verdade precisa de cidadãos vigilantes e com voz.

Para onde vamos?

Se não rompermos este ciclo, Portugal tornar-se-á, cada vez mais, um país:

- De serviços de baixo valor acrescentado,
- Com salários mínimos como teto de carreira,
- Dependente de fundos europeus e remessas de emigrantes,
- Governado por partidos que são máquinas de poder e não projetos para o bem comum.

Conclusão

O esquema da socialização de prejuízos e privatização de lucros é um atentado à Nação. Não é um erro. É um **modelo intencional**, estruturado e alimentado por décadas de governação capturada. Enquanto o povo for mantido distraído, desmobilizado e alienado, os verdadeiros donos do poder continuarão a usar o Estado como um banco privado — com a garantia eterna dos impostos de quem trabalha e vive com dignidade.

Chegou a hora de dizer basta. Portugal merece mais. O povo merece respeito. A verdade merece luz. E a justiça, finalmente, deve ser feita.

[Francisco Gonçalves](#)

Créditos para OpenAI e chatGPT (c)